

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERAÍ - GO

## Projeto Básico 4/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	989403-PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERAÍ - GO	LEANDRO DOS REIS PERES SCUISSATO	24/04/2026 13:15 (v 0.8)
Status	DISPONIBILIZADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Obras comuns		1788/2026

## 1. Descrição do objeto da contratação

A solução escolhida para atendimento da necessidade identificada consiste na contratação de empresa especializada para a execução de obra de construção de edificação destinada à implantação da Construção do Centro de Convivência e CRAS, com o objetivo de atender às demandas da política pública de Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

A contratação abrangerá a execução integral da obra, compreendendo o fornecimento de todos os serviços, materiais, equipamentos, mão de obra e demais recursos necessários à entrega de edificação plenamente funcional, segura e adequada ao uso institucional, em conformidade com os projetos, especificações técnicas e normas vigentes.

A execução do objeto ocorrerá por meio de empreitada, contemplando todas as etapas necessárias à conclusão integral da obra, incluindo, mas não se limitando a, mobilização inicial, implantação do canteiro de obras, execução dos serviços de engenharia, instalações prediais, acabamentos, testes, limpeza final e entrega definitiva da edificação em plenas condições de uso.

## 2. Planta de localização da intervenção

A planta integrante do projeto referente ao presente processo licitatório encontra-se disponível no **Anexo I**- Mapa da Localização deste Projeto Básico, correspondente ao endereço situado na RUA 6, ÁREA INSTITUCIONAL 3, RECANTO DAS ROSAS.

## 3. Elementos gráficos de engenharia

Os elementos gráficos, compostos por plantas, cortes, elevações e detalhes em escalas adequadas, encontram-se disponíveis no:

- Anexo II- PROJ. ALV. EMBASAMENTO;
- Anexo III- PROJ. ARQUITERURA PRANCHA 1;
- Anexo IV- PROJ. ARQUITERURA PRANCHA 2;
- Anexo V- PROJ. ARQUITERURA PRANCHA 3;
- Anexo VI- PROJ. ARQUITERURA PRANCHA 4;
- Anexo VII- PROJ. ARQUITERURA PRANCHA 5;
- Anexo VIII- PROJ. ARQUITERURA PRANCHA 6;
- Anexo IX- PROJ. ARQUITERURA PRANCHA 7;
- Anexo X- PROJ. ARQUITERURA PRANCHA 8;
- Anexo XI- PROJ. ARQUITERURA PRANCHA 9;
- Anexo XII- PROJ. ARQUITERURA PRANCHA 10;
- Anexo XIII- PROJETO COBERTURA ;

- Anexo XIV- PROJ. ESTRUTURAL ABRIGO DE GÁS PRANCHA 1;
- Anexo XV- PROJ. ESTRUTURAL ABRIGO DE GÁS PRANCHA 2;
- Anexo XVI- PROJ. ESTRUTURAL ABRIGO DE GÁS PRANCHA 3;
- Anexo XVII- PROJ. EST. CASA DE MÁQUINA- BOMBA PRANCHA 1;
- Anexo XVIII- PROJ. EST. CASA DE MÁQUINA- BOMBA PRANCHA 2;
- Anexo XIX- **PROJ.** EST. CASA DE MÁQUINA- BOMBA PRANCHA 3;
- Anexo XX- EST. CASA DE MÁQUINA- PISCINA PRANCHA 1;
- Anexo XXI- EST. CASA DE MÁQUINA- PISCINA PRANCHA 2;
- Anexo XXII- EST. CASA DE MÁQUINA- PISCINA PRANCHA 3;
- Anexo XXIII- PROJ. ESTRU. PRANCHA 1;
- Anexo XXIV- PROJ. ESTRU. PRANCHA 2;
- Anexo XXV- PROJ. ESTRU. PRANCHA 3;
- Anexo XXVI- PROJ. ESTRU. PRANCHA 4;
- Anexo XXVII- PROJ. ESTRU. PRANCHA 5;
- Anexo XXVIII- PROJ. ESTRU. PRANCHA 6;
- Anexo XXIX- PROJ. ESTRU. PRANCHA 7;
- Anexo XXX- PROJ. ESTRU. PRANCHA 8;
- Anexo XXXI- PROJ. ESTRU. PRANCHA 9;
- Anexo XXXII- PROJ. ESTRU. PRANCHA 10;
- Anexo XXXIII- PROJ. ESTRU. PRANCHA 11;
- Anexo XXXIV- PROJ. ESTRU. PRANCHA 12;
- Anexo XXXV- PROJ. EST. BANHEIROS, CENTRO DE EVENTOS E GUARITA PRANCHA 1;
- Anexo XXXVI- PROJ. EST. BANHEIROS, CENTRO DE EVENTOS E GUARITA PRANCHA 2;
- Anexo XXXVII- PROJ. EST. BANHEIROS, CENTRO DE EVENTOS E GUARITA PRANCHA 3;
- Anexo XXXVIII- PROJ. EST. BANHEIROS, CENTRO DE EVENTOS E GUARITA PRANCHA 4;
- Anexo XXXIX- PROJ. EST. BANHEIROS, CENTRO DE EVENTOS E GUARITA PRANCHA 5;
- Anexo XL- PROJ. EST. BANHEIROS, CENTRO DE EVENTOS E GUARITA PRANCHA 6;
- Anexo XLI- PROJ. EST. BANHEIROS, CENTRO DE EVENTOS E GUARITA PRANCHA 7;
- Anexo XLII- PROJ. EST. BANHEIROS, CENTRO DE EVENTOS E GUARITA PRANCHA 8;
- Anexo XLIII- PROJ. EST. BANHEIROS, CENTRO DE EVENTOS E GUARITA PRANCHA 9;
- Anexo XLIV- PROJ. EST. BANHEIROS, CENTRO DE EVENTOS E GUARITA PRANCHA 10;
- Anexo XLV- PROJ. EST. BANHEIROS, CENTRO DE EVENTOS E GUARITA PRANCHA 11;
- Anexo XLVI- PROJ. EST. BANHEIROS, CENTRO DE EVENTOS E GUARITA PRANCHA 12;
- Anexo XLVII- PROJ. EST. BANHEIROS, CENTRO DE EVENTOS E GUARITA PRANCHA 13;
- Anexo XLVIII- PROJ. EST. BANHEIROS, CENTRO DE EVENTOS E GUARITA PRANCHA 14;
- Anexo XLIX- PROJ. EST. BANHEIROS, CENTRO DE EVENTOS E GUARITA PRANCHA 15;
- Anexo L- PROJ. EST. BANHEIROS, CENTRO DE EVENTOS E GUARITA PRANCHA 16;
- Anexo LI- PROJ. EST. BANHEIROS, CENTRO DE EVENTOS E GUARITA PRANCHA 17;
- Anexo LII- PROJ. EST. BANHEIROS, CENTRO DE EVENTOS E GUARITA PRANCHA 18;
- Anexo LIII- PROJ. EST. BANHEIROS, CENTRO DE EVENTOS E GUARITA PRANCHA 19;
- Anexo LIV- PROJ. EST. BANHEIROS, CENTRO DE EVENTOS E GUARITA PRANCHA 20;
- Anexo LV- PROJ. EST. BANHEIROS, CENTRO DE EVENTOS E GUARITA PRANCHA 21;
- Anexo LVI- PROJ. EST. BANHEIROS, CENTRO DE EVENTOS E GUARITA PRANCHA 22;
- Anexo LVII- PROJ. EST. MURO PRANCHA 1;
- Anexo LVIII- PROJ. EST. MURO PRANCHA 2;
- Anexo LIX- PROJ. EST. MURO PRANCHA 3;
- Anexo LX- PROJ. EST. MURO PRANCHA 4;
- Anexo LXI- PROJ. EST. MURO PRANCHA 5;
- Anexo LXII- PROJ. EST. MURO PRANCHA 6;
- Anexo LXIII- PROJ. EST. MURO PRANCHA 7;
- Anexo LXIV- PROJ. EST. MURO PRANCHA 8;
- Anexo LXV- PROJ. EST. MURO PRANCHA 9;
- Anexo LXVI- PROJ. EST. PISCINA;
- Anexo LXVII- PROJ. EST. RSVT.;
- Anexo LXVIII- PROJ. EST. TOTEM;
- Anexo LXIX- PROJETO GÁS;
- Anexo LXX- PROJ. HID-SA. PRANCHA 1;
- Anexo LXXI- PROJ. HID-SA. PRANCHA 2;
- Anexo LXXII- PROJ. HID-SA. PRANCHA 3;
- Anexo LXXIII- PROJ. HID-SA. PRANCHA 4;
- Anexo LXXIV- PROJ. HID-SA. PRANCHA 5;
- Anexo LXXV- METÁLICO PRANCHA 1;
- Anexo LXXVI- METÁLICO PRANCHA 2;
- Anexo LXXVII- PROJETO PAISAGISMO PRANCHA 1;
- Anexo LXXVIII- PROJETO PAISAGISMO PRANCHA 2;

- **Anexo LXXIX- PROJ. PPCI. PRANCHA 1;**
- **Anexo LXXX- PROJ. PPCI. PRANCHA 2;**
- **Anexo LXXXI- PROJ. PPCI. PRANCHA 3;**
- **Anexo LXXXII- PROJ. PPCI. PRANCHA 4;**
- **Anexo LXXXIII- PROJ. PPCI. PRANCHA 5;**
- **Anexo LXXXIV- PROJ. ELÉTRICO PRANCHA 1;**
- **Anexo LXXXV- PROJ. ELÉTRICO PRANCHA 2;**
- **Anexo LXXXVI- PROJ. ELÉTRICO PRANCHA 3;**
- **Anexo LXXXVII- PROJ. ELÉTRICO PRANCHA 4;**
- **Anexo LXXXVIII- PROJ. CONDENSADORAS**

Tais documentos possibilitam a compreensão inequívoca da intervenção proposta e foram elaborados por profissionais legalmente habilitados.

## 4. Estudos topográficos

O estudo topográfico do presente projeto encontra-se apresentado no **Anexo LXXXIX**, contemplando os elementos necessários à caracterização detalhada das condições físicas da área em análise. O levantamento foi realizado mediante a utilização de métodos e equipamentos apropriados, em conformidade com as diretrizes da **ABNT NBR 13133:2021 — Execução de levantamento topográfico**, garantindo a precisão e a confiabilidade dos dados planialtimétricos obtidos.

Adicionalmente, foi executada a sondagem do subsolo que conta no **Anexo XC**, com a finalidade de determinar as características geotécnicas do terreno, em conformidade com a **ABNT NBR 6484:2020 — Sondagens de simples reconhecimento com SPT**, fornecendo parâmetros indispensáveis ao dimensionamento das fundações e à definição das soluções construtivas adotadas no projeto.

Os dados provenientes do levantamento topográfico e da sondagem subsidiaram a elaboração das peças técnicas, constituindo base para a adequada locação e implantação das estruturas projetadas. Tais informações possibilitaram, ainda, a análise das condições de declividade do terreno, do comportamento da drenagem superficial e das necessidades de movimentação de terra.

Dessa forma, os estudos realizados configuram-se como instrumentos fundamentais para a avaliação da viabilidade técnica do empreendimento, contribuindo para a otimização dos recursos empregados e para a mitigação de eventuais interferências e impactos durante a execução da obra.

## 5. Memorial descritivo

O Memorial Descritivo estabelece de forma detalhada os elementos constituintes da obra, os respectivos métodos construtivos e as unidades de medida adotadas. As Especificações Técnicas definem as diretrizes e condições para a execução dos serviços, incluindo as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT aplicáveis, bem como os critérios de medição e aceitação dos serviços.

É vedada a indicação de marcas, modelos ou fabricantes específicos, salvo quando acompanhada da expressão “ou equivalente”, devidamente justificada, de modo a assegurar a ampla competitividade do certame, nos termos da legislação vigente.

O Memorial Descritivo pormenorizado encontra-se disponível no:

- **Anexo XCI- Mem. Descritivo de Obras;**
- **Anexo XCII- Mem. Desc. de Instalações Elétricas;**
- **Anexo XCIII- Mem. Desc. Hidrossanitário;**
- **Anexo XCIV- Mem. Desc. Concreto Armado e Fundações;**
- **Anexo XCV- Mem. Desc. Estrutura Metálica;**
- **Anexo XCVI- Mem. Desc. Sistema de Hidrantes e Mangotinhos;**

Deste Projeto Básico, integrando-o para todos os fins.

## 6. Especificações técnicas

Não se vislumbram serviços, materiais ou equipamentos necessários à execução do objeto que não aqueles previstos na Planilha Orçamentária.

## 7. Orçamento

O orçamento estimativo foi elaborado com base nas tabelas oficiais de referência do SINAPI e/ou da GOINFRA, com data-base de agosto de 2025, adotando-se BDI Onerado no percentual de 22,12%, detalhado em conformidade com o Decreto nº 7.983/2013 e demais normativos aplicáveis.

O orçamento encontra-se devidamente instruído com:

- Composições de custos unitários;
- Planilha Orçamentária;
- Memorial de cálculo dos quantitativos dos itens relevantes;
- Demonstrativo analítico do Benefício e Despesas Indiretas (BDI);
- Mapa de Cotação de Preços;
- Parcela de Maior Valor Significativo;

A Planilha Orçamentária encontra-se devidamente instruído no **Anexo XCVII**, as Composições de custos unitários no **Anexo XCVIII**, o Mapa de Cotações constam no **Anexo XCIX**, o Demonstrativo de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), no **Anexo C**, seguido pelo Memorial de Cálculo dos quantitativos dos itens relevantes no **Anexo CI**.

O Relatório de Pesquisa de Preços integra o **Anexo CII**, seguido da identificação da Parcela de Maior Relevância e de Valor Significativo, apresentada no **Anexo CIII e Anexo CIV**, em conformidade com as exigências legais aplicáveis.

O Cronograma Físico-Financeiro vincula o pagamento ao cumprimento de marcos físicos ou metas de resultado, sendo vedada a remuneração por itens unitários isolados quando adotado o regime de execução por empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## 8. Cronograma físico-financeiro ou evento

O cronograma físico-financeiro dos serviços de engenharia encontra-se devidamente detalhado e apresentado no **Anexo CV**- Cronograma Onerado Projeto Básico, constituindo parte integrante e indissociável do presente instrumento, devendo ser rigorosamente observado pela empresa contratada durante a execução do objeto.

## 9. Estimativa de viabilidade socioeconômica

A contratação da obra justifica-se pela necessidade de atender, de forma adequada, eficiente e sustentável, às demandas da política pública de Assistência Social no âmbito do Município. A implantação da Construção do Centro de Convivência e CRAS, possibilitará a ampliação da capacidade de atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, garantindo a disponibilização de espaços físicos apropriados para a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios previstos no Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

A execução da obra permitirá a implantação de ambientes acessíveis, seguros, funcionais e compatíveis com as normas técnicas, sanitárias e de acessibilidade vigentes, elevando o padrão de qualidade do atendimento prestado à população usuária, fortalecendo os vínculos com os usuários e contribuindo para a efetividade das ações socioassistenciais.

A nova edificação viabilizará a ampliação da cobertura territorial dos serviços, proporcionando melhor acolhimento da população atendida e a centralização das atividades socioassistenciais em instalações próprias, permanentes e adequadas às suas finalidades. Com a construção de unidade pública específica, prevê-se a redução ou eliminação de despesas recorrentes relacionadas à locação de imóveis, adaptações provisórias, manutenções emergenciais e custos operacionais elevados, promovendo maior economicidade ao erário público no médio e longo prazo, considerando o ciclo de vida da edificação.

Adicionalmente, a padronização dos ambientes físicos contribuirá para a melhoria da gestão administrativa, da manutenção predial e do controle dos serviços prestados, resultando em maior eficiência operacional e melhor desempenho da política pública de Assistência Social.

## 10. Estudo de concepção e de alternativa

O presente Projeto Básico fundamenta-se em levantamento de mercado realizado com a finalidade de identificar, analisar e comparar as alternativas disponíveis para atender à necessidade de ampliação e qualificação da oferta de serviços socioassistenciais no âmbito do Município.

A análise considerou aspectos técnicos, operacionais e econômicos, bem como experiências de outros entes da Administração Pública em situações similares, visando à definição da solução mais adequada ao interesse público. Avaliou-se, ainda, a necessidade de infraestrutura permanente, adequada e compatível com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, capaz de assegurar atendimento digno, acessível e eficiente à população em situação de vulnerabilidade social.

Do ponto de vista técnico e operacional, verificou-se que as alternativas baseadas na adaptação, locação ou manutenção de edificações existentes não atendem de forma satisfatória às exigências normativas, funcionais e operacionais do SUAS, apresentando limitações quanto à acessibilidade universal, à privacidade dos atendimentos individualizados e à adequação dos espaços destinados às atividades coletivas e socioeducativas.

Sob o aspecto econômico, constatou-se que, embora tais alternativas apresentem menor custo inicial, acarretam custos recorrentes elevados, maior necessidade de manutenção, menor vida útil e redução da eficiência administrativa ao longo do tempo. Por outro lado, a construção de edificação própria, ainda que demande maior investimento inicial, configura-se como solução permanente, com maior durabilidade, menor custo operacional futuro e melhor retorno social.

A análise de experiências de outros municípios e de contratações similares realizadas no âmbito da Administração Pública demonstra que a implantação de equipamentos públicos próprios destinados à Assistência Social apresenta resultados mais satisfatórios quanto à continuidade dos serviços, à padronização dos atendimentos e ao fortalecimento da rede de proteção social básica.

Diante do exposto, conclui-se que a construção de edificação própria para instalação do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e do Centro de Convivência é a solução que melhor atende às necessidades identificadas e ao interesse público, por assegurar conformidade com as normas técnicas e legais vigentes, acessibilidade, funcionalidade adequada e melhor relação custo-benefício ao longo da vida útil do empreendimento.

A adoção de solução diversa implicaria riscos relevantes à Administração, tais como a perpetuação de atendimentos em condições inadequadas, aumento de custos recorrentes, limitação da capacidade de oferta dos serviços socioassistenciais e comprometimento da efetividade da política pública de Assistência Social.

## 11. Documentos complementares

Com a finalidade de assegurar o entendimento inequívoco e a regularidade técnica do presente processo, encontram-se anexa a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), constantes no **Anexo CVI** e **Anexo CVII**, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977.

Integra, ainda, o presente relatório, a Matriz de Gerenciamento de Riscos, constante no **Anexo CVIII**, cujo objetivo consiste na identificação, análise avaliação e tratamento dos riscos inerentes. A Matriz de Riscos visa subsidiar a adequada gestão contratual, promovendo maior segurança jurídica, estabilidade técnica e conformidade normativa da obra, bem como a mitigação de eventos que possam comprometer o cronograma, o orçamento ou a qualidade dos serviços executados.

## 12. Licenças, outorgas ou autorizações

Para a execução da obra, faz-se necessária a obtenção da Licença do Corpo de Bombeiros, nos termos da legislação vigente. Ressalta-se, contudo, que a referida licença deverá ser apresentada após a conclusão do processo licitatório, sendo expressamente vedada a inauguração, ocupação ou utilização do empreendimento sem a prévia e regular apresentação da mencionada licença.

## 13. Subsídios

### Gestão e Fiscalização do Contrato

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração especialmente designados para esse fim, observadas as competências previstas no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, bem como o princípio da segregação de funções, de modo a assegurar a independência, a efetividade do controle e a regularidade da execução contratual.

### Gestor e Fiscal do Contrato

Compete ao Gestor do Contrato a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, o controle do cronograma físico-financeiro, o acompanhamento do cumprimento das obrigações contratuais e a instrução dos processos administrativos relativos a aditivos, reajustes, repactuações ou aplicação de sanções, quando cabíveis.

Ao Fiscal do Contrato compete o acompanhamento direto, contínuo e sistemático da execução dos serviços no canteiro de obras, verificando a conformidade dos materiais empregados, a correta execução dos serviços de acordo com os projetos aprovados, normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e demais legislações aplicáveis, bem como o registro fidedigno das ocorrências no Diário de Obras.

### Estratégia de Fiscalização e Suprimentos

A fiscalização adotará como principal instrumento de controle o cronograma físico-financeiro aprovado, devendo a Contratada manter permanentemente disponível no canteiro de obras a documentação técnica atualizada, incluindo projetos, licenças, autorizações e diários de obra.

A estratégia de suprimentos deverá assegurar a compatibilidade entre o fornecimento de materiais e as etapas de execução dos serviços, de forma a evitar tanto a formação de estoques ociosos quanto a paralisação das atividades por desabastecimento, garantindo a continuidade e a eficiência da execução contratual.

## **Prestação de Contas e Registros**

Em observância ao princípio da transparência e ao disposto no art. 19, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, a fiscalização deverá manter sistema de acompanhamento periódico da evolução da obra, com registros técnicos, administrativos e financeiros adequados a subsidiar a prestação de contas e o controle interno e externo.

## **Relatórios Mensais**

A Contratada deverá apresentar, juntamente com as medições mensais, relatórios de evolução da obra, contendo o comparativo entre o planejamento inicialmente aprovado e os serviços efetivamente executados, com indicação de eventuais desvios, justificativas técnicas e medidas corretivas adotadas.

## **Memória Fotográfica**

É obrigatória a apresentação de memória fotográfica datada e, sempre que possível, georreferenciada, demonstrando de forma clara e objetiva o avanço das etapas medidas, bem como a adequada execução dos serviços ocultos, tais como fundações, armaduras, tubulações e demais elementos não visíveis após a conclusão das etapas subsequentes. A ausência de registros fotográficos comprobatórios poderá ensejar a glosa das medições correspondentes.

## **Obrigações Perante os Órgãos de Controle (TCM-GO)**

O plano de gestão e fiscalização deverá assegurar a alimentação tempestiva e adequada dos sistemas de controle externo, especialmente aqueles vinculados ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM-GO, garantindo que toda a documentação relativa à obra esteja apta a comprovar a regularidade da despesa pública.

O descumprimento do dever de fiscalizar poderá ensejar a responsabilização solidária do gestor e do fiscal do contrato, nos termos da legislação vigente e da jurisprudência consolidada dos órgãos de controle, quanto à efetividade do acompanhamento da execução de obras públicas.

## **14. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LEANDRO DOS REIS PERES SCUISSATO**

Diretor de Projetos de Arquitetura



*Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 13:15:24.*